

## A última chance de José Sarney

A primeira quinzena deste novo ano promete ser das mais movimentadas na área econômica. Tão logo desembarque em Brasília de seu retiro de final de ano na ilha de Curupu, o presidente José Sarney vai ser obrigado a trocar o belo sol do Maranhão pela dura realidade econômica do país. À sua espera, estará o novo pacote no qual a equipe econômica do governo está dando os últimos retoques. Pelas pretensões dos técnicos que estão arrematando o novo conjunto de medidas — talvez a derradeira chance de Sarney de dar um jeito na economia nacional — o país pode preparar-se para viver um novo ciclo recessivo cujo resultado será desastroso para toda a atividade econômica.

Uma alta fonte do governo que está participando diretamente da elaboração das medidas explica porque Sarney, que teve quatro anos para promover uma recessão e consertar a economia dentro do figurino ortodoxo, somente agora, no final do seu governo, está optando por esta alternativa. Embalado pela ilusão de dois congelamentos de preços, cujos resultados desastrosos todos conhecem, o presidente ainda sonha com uma reedição do Plano Cruzado, capaz de levar sua popularidade às alturas e fazer despencar a inflação. "O problema todo é que o Sarney quer um novo congelamento, mas não encontra ninguém disposto a fazê-lo", comenta esta fonte.

Ao consultar-se com os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões, o presidente foi colocado diante da realidade de que, para os dois economistas, não há outra saída no momento senão promover uma recessão para colocar a economia nos eixos e depois tentar relançar o processo produtivo. Não há outra saída, diz um assessor da Presidência da República. "Se a situação continuar do jeito que está, vamos para uma convulsão social que se refletirá necessariamente numa convulsão política", comenta.

O problema todo é que o tamanho da recessão que o governo quer fazer, ao promover um forte arrocho na emissão de dinheiro e não colocando mais títulos no mercado, além de limitar os investimentos das empresas estatais, também pode levar o país a uma convulsão causada pelo desemprego no setor privado, com forte reflexo na campanha sucessória para a Presidência da República, justamente no ano em que os brasileiros voltarão às urnas para indicar o futuro ocupante do Palácio do Planalto.

Ao lado disto, a equipe de técnicos encarregada de preparar o pacote está convencida de que sem um arrocho nos salários, novamente apontados como vilões por força da realidade da inflação por intermédio da Unidade de Referência de Preços (URP), todo o plano está fadado ao insucesso. A proposta de unificação das datas-base de todas as categorias profissionais em fevereiro, tal como está

sendo proposta pelos técnicos, não preocupa o governo, embora tenha um potencial explosivo devido à possibilidade de eclosão de movimentos grevistas por reivindicações salariais em todo o país. O raciocínio das fontes do governo é de que o processo recessivo, que fatalmente redundará em demissões no setor privado, desestimulará tais iniciativas.

O governo teme, entretanto, problemas de desabastecimento de produtos de primeira necessidade, pois o plano também prevê que os reajustes de preços terão que ser feitos dentro de tetos previamente acertados dentro da proposta de pré-fixar a correção de preços e salários. O novo Conselho Interministerial de Preços que surgirá dentro do pacote do governo terá um novo titular, pois a equipe econômica entende que o atual ocupante do cargo, Edgar de Abreu Cardoso, não reúne as condições necessárias para continuar no posto. O novo ocupante do CIP teria que ser alguém com poderes suficientes para ordenar a importação imediata de qualquer produto cujo abastecimento interno esteja ameaçado, sem seguir os trâmites burocráticos que foram a desgraça do Plano Cruzado.

O trunfo do governo para evitar o desabastecimento ainda conta com uma medida provisória já redigida pelo Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que prevê pesadas multas e até pena de prisão para os crimes de delinquência econômica. Lembra uma alta fonte do governo que, com sua atual estrutura, o CIP não tem qualquer poder para evitar os abusos. A legislação do setor é baseada no finado Ato Institucional número 5 e qualquer iniciativa do governo para punir os infratores acaba esbarrando em ações judiciais. Basta lembrar, como diz esta fonte, que cerca de metade dos setores cujos preços são controlados pelo CIP não obedece a qualquer determinação do governo e, nem por isso, ocorrem punições.

Durante seu retiro em Curupu, Sarney certamente aproveitou para pensar no destino de seu atual ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o quarto ocupante do cargo neste governo. Mailson, há tempos, não esconde de seus assessores que está desgostoso no seu posto e não se disporia a ser o comandante de mais um congelamento de preços malogrado. Assim como fez no início de 1988 ao escolher Mailson para substituir Bresser Pereira, Sarney também estaria inclinado a *fritar* o seu ministro da Fazenda e até chegou a convidar o professor Mário Henrique Simonsen para o cargo.

À falta de outra alternativa, no entanto, Sarney prefere continuar com Mailson à frente da área econômica, mesmo que a atual receita que está sendo preparada em Brasília para debelar a inflação desagrade ao ministro da Fazenda. O ministro da Fazenda, que escolheu o sol de Santa Catarina para se refugiar no recesso de final de ano, deve voltar ao trabalho nesta semana meditando sobre sua permanência no cargo porque se a receita de Sarney desandar o culpado certamente será ele.

Severino Goes